



HOTELARIA
DE PORTUGAL

Exmo. Senhor
Dr. José Manuel Gregório Ávila
Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia
Assembleia Legislativa da R.A.A.

Ponta Delgada, 22 de novembro de 2022

V. ref.º: S/3111/2022

ASSUNTO: PEDIDOS DE PARECER SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 73/XII – “PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO DLR N.º 16/2022/A, DE 21 DE JUNHO, QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DA TAXA TURÍSTICA REGIONAL” E PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 75/XII – “REVOGAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL No 16/2022/A, DE 21 DE JUNHO”

A Associação da Hotelaria de Portugal (AHP), a maior e mais representativa associação patronal da indústria hoteleira em Portugal, emitiu um parecer desfavorável sobre a proposta legislativa que pretendia criar a taxa turística.

Em coerência com a posição pública desde sempre assumida nesta matéria, a AHP é contra a criação de taxas que agravem o preço pago pelos turistas nas suas deslocações a Portugal, seja no Continente ou nas Regiões Autónomas, e que não tragam benefício para o próprio turista e para o destino e lamenta a aprovação de uma taxa turística nos Açores pela Assembleia Legislativa Regional.

Por isso, em sede de auscultação prévia sobre este projeto a AHP já se tinha pronunciado contra, mais ainda vincando o total desfasamento com a realidade que se viveu nos últimos 2 anos e com a necessidade de recuperação do destino Açores e das empresas hoteleiras, além da redundância perante os supostos fins de proteção ambiental que a mesma alegadamente visa, já assegurados por outras vias.

A AHP reitera a sua posição de rejeição da criação de uma taxa turística e espera, em concertação com todas as associações empresariais e profissionais dos Açores, que esta decisão venha a ser revogada, a bem do desenvolvimento turístico sustentável da Região.

Desta forma, a solução mais adequada será a da revogação do Decreto Legislativo Regional nº 16/2022/A.

Agradecendo a consulta a esta associação, reiteramos a nossa disponibilidade para, juntamente com os nossos associados hoteleiros e demais operadores, discutir este assunto e contribuir para o desenvolvimento do turismo dos Açores.

Agradecendo a atenção dispensada, apresento os meus melhores cumprimentos,

Andreia Pavão
Representante Regional da AHP na R.A. dos Açores



HOTELARIA
DE PORTUGAL

Exmo. Senhor
Dr. Sérgio Rocha de Ávila,
Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia da
Assembleia Legislativa da RA Açores

Lisboa, 8 de março de 2022

Assunto: Pedido de Parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XII (PAN) – Regime Jurídico da Taxa Turística Regional

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia,

Sou, em primeiro lugar, a agradecer a V. Exa a consulta que promoveu à AHP – Associação da Hotelaria de Portugal, na qualidade de maior associação patronal da indústria hoteleira, e aproveitar a oportunidade para vincar que a nossa Associação sempre se pronunciou publicamente contra a criação de quaisquer taxas que determinem o agravamento do preço a pagar pelos turistas pela sua deslocação a Portugal, seja continente ou regiões autónomas, e pelas dormidas em empreendimentos turísticos.

É convicção da AHP que, na esmagadora maioria dos casos, não estamos perante uma verdadeira taxa, correspondente a um serviço prestado aos turistas, mas antes face à necessidade de encontrar fontes de financiamento para a realização de iniciativas cujo benefício para o próprio turista é muito duvidoso ou mesmo inexistente.

Nesta medida, a AHP tem intervindo ativamente sempre que é anunciada a intenção de aprovação de taxas municipais turísticas, seja através de pronúncias em sede de discussão pública, seja mediante reuniões com os órgãos autárquicos.

Não obstante esta iniciativa ser de um partido com assento na assembleia regional, por isso de carácter não autárquico, a nossa posição até é reforçada, posto que deve ser particularmente sublinhada a importância e apoio que se pretende dar à contínua afirmação da Região Autónoma dos Açores enquanto destino turístico, ao invés de penalizar quem o procura.

Acresce que a AHP considera ainda que a presente iniciativa se afigura totalmente inoportuna, por frontalmente desajustada à realidade atual.

Desde logo porque o setor passou por um período conturbado nos últimos dois anos, estando ainda a debater-se com as consequências da pandemia de COVID-19. Num momento em que o setor pretende fazer face à tão esperada retoma da atividade turística, implementar uma taxa turística é manifestamente contraproducente, fragilizando a Região Autónoma dos Açores enquanto destino turístico, retirando-lhe competitividade, e comprometendo o objetivo de aumentar o número de dormidas e de estada média.

Sublinhe-se que o turismo nos Açores foi particularmente atingido pela pandemia, com quebras na hotelaria superiores a 80% em 2020 e a 50% em 2021, encontrando-se numa situação extremamente fragilizada.

O objetivo agora deve ser a recuperação e consolidação do sector e não a criação de fatores que retirem competitividade, numa fase em que se vai assistir a uma forte concorrência de todos os mercados para a retoma.

Depois, porque para lá de alguma incerteza ainda latente com a evolução da situação pandémica, acresce agora também a problemática situação económica - com a escalada inflacionista, agravada mais ainda com a instabilidade no leste europeu e consequências económicas que advirão da guerra na Ucrânia e que se refletirão globalmente, sendo o impacto deste conflito ainda uma incógnita.

Quanto à proposta em si:

No preâmbulo é afirmado que a taxa *“contribui para o desenvolvimento e sustentabilidade do destino, minimizando o impacto da carga turística”*. Ora não se percebe como, uma vez que são já pagos diversos impostos e taxas para a melhoria ambiental e para a transição ambiental e parte desta taxa não será para ser utilizada em questões ambientais. Igualmente os turistas já pagam taxas no acesso a diversos locais de interesse turístico (Poça da Beija, ao Ilhéu de Vila Franca, à Lagoa das Furnas, à Caldeira Velha na ilha de S. Miguel). E os hotéis em Ponta

Delgada já pagam um tarifário de resíduos urbanos elevado, com uma componente fixa e outra variável, que é indexada ao consumo de água

Para além disso, desde julho de 2021, a emissão de títulos de transporte aéreo comercial de passageiros, com partida dos aeroportos situados em território português, está sujeita a uma taxa de carbono, como contrapartida pelas emissões poluentes do setor e demais efeitos ambientais, estando os turistas que visitam a Região já onerados com esta taxa.

Enfim, esta taxa, pela burocracia associada, eleva os custos dos hotéis, nomeadamente com pessoal.

Por todas estas razões, Exmo. Senhor Presidente, a AHP reforça a sua convicção profundamente negativa quanto a uma iniciativa deste tipo, seja quanto à forma como quanto ao conteúdo, seja quanto aos fins como quanto ao momento. E espera que este projeto seja, sem mais, rejeitado pela Assembleia Regional.

Reiteramos a nossa disponibilidade para, juntamente com os nossos associados hoteleiros e demais operadores, seja de alojamento seja de outros segmentos, discutir este assunto e contribuir para o reforço do posicionamento do turismo da Região Autónoma dos Açores. No limite, a AHP caso venha a ser fundamental, num futuro que para já não se adivinha, implementar uma medida deste tipo, poderemos vir a equacionar ser parte de um modelo de co-gestão com o sector desta receita e da sua afetação a projetos do turismo.

Agradecendo a atenção dispensada, apresento os meus melhores cumprimentos,

Cristina Siza Vieira

Vice-Presidente Executiva da AHP



ASSOCIAÇÃO DA HOTELARIA DE PORTUGAL

LAMENTA A APROVAÇÃO DA TAXA TURÍSTICA NOS AÇORES E REFORÇA QUE ESTA DECISÃO PENALIZA A HOTELARIA, É INOPORTUNA E NÃO ACRESCENTA QUALQUER VALOR AO DESTINO

Lisboa, 4 de maio de 2022 – A Associação da Hotelaria de Portugal (AHP), a maior e mais representativa associação patronal da indústria hoteleira em Portugal, lamenta a aprovação de uma taxa turística nos Açores pela Assembleia Legislativa Regional.

Em coerência com a posição pública de há muito e desde sempre assumida nesta matéria, a AHP é contra a criação de taxas que agravem o preço pago pelos turistas nas suas deslocções a Portugal, seja no Continente ou nas Regiões Autónomas, e que não tragam benefício para o próprio turista e para o destino.

Por isso, em sede de auscultação prévia sobre este projeto a AHP já se tinha pronunciado contra, mais ainda vincando o total desfasamento com a realidade que se viveu nos últimos 2 anos e com a necessidade de recuperação do destino Açores e das empresas hoteleiras, além da redundância perante os supostos fins de proteção ambiental que a mesma alegadamente visa, já assegurados por outras vias.

De resto, a Associação critica que a iniciativa tenha sido centralizada, quando a decisão deverá caber a cada município, sobretudo pelas assimetrias existentes e realidade própria de cada município, pelo que aplicar uma taxa uniforme a toda a Região não faz sentido. Essa tem sido uma competência das autarquias e no entender da AHP assim deverá continuar, pelo que acompanha totalmente as críticas feitas abertamente quer pelo Presidente do Governo dos Açores, quer pela Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, seja quanto à oportunidade da iniciativa, quanto ao momento e quanto à forma como este tributo foi aprovado.

Para Bernardo Trindade, presidente da AHP, *“esta iniciativa é, para lá de tudo o mais, totalmente inoportuna. Acabámos de sair de uma pandemia, onde a Região dos Açores foi severamente afetada, as quebras na Hotelaria foram enormes, pelo que aplicar uma taxa num momento como este é um erro. Assistimos, agora, à retoma da atividade turística com grandes incógnitas sobre o comportamento da aviação e grande concorrência entre destinos,*

*pele que esta decisão vai fragilizar, e muito, a RAA.” E acrescenta “Para lá da pandemia, o aumento de preços é já uma realidade, muito por causa da guerra na Ucrânia, o que nos deixa ainda apreensivos pois pode refletir-se num futuro próximo em menor poder de compra dos nossos principais destinos emissores”. “A AHP - **conclui o dirigente** - espera sinceramente, como já houve oportunidade de dizer, em concertação com todas as associações empresariais e profissionais dos Açores, que esta decisão venha a ser revogada, a bem do desenvolvimento turístico sustentável da Região.”*

Sobre a Associação da Hotelaria de Portugal

A Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) é a maior associação patronal da indústria hoteleira em Portugal. Com mais de 800 associados, a AHP representa toda a Hotelaria, bem como os estabelecimentos de alojamento local coletivo - *Hostels, Guesthouses* e blocos de apartamentos com serviço integrado -; *Resorts*; TER e TH. A AHP disponibiliza um conjunto de serviços indispensáveis para a gestão e operação das empresas, centrando a sua ação no negócio dos seus associados e no futuro da *Hospitality Industry*. Foi reconhecida como Associação de Utilidade Pública (outubro de 2013) e em fevereiro de 2022 foi condecorada pelo Presidente da República como “Membro Honorário da Ordem do Mérito Empresarial - Classe do Mérito Comercial”, em razão dos serviços relevantes no fomento e na valorização de um setor económico.

PARA MAIS INFORMAÇÕES, POR FAVOR CONTACTE: GABINETE DE COMUNICAÇÃO

Ana Rita Bentes

M: 937 432 128 | E: ana.bentes@hoteis-portugal.pt